

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Deise Santos Linhares

**A PESSOA PARDA NO BRASIL, O APAGAMENTO DA PESSOA NEGRA E SEUS
REFLEXOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof Dr Marcelo da Silveira Campos

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Deise Santos Linhares, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202073093A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A PESSOA PARDA NO BRASIL, O APAGAMENTO DA PESSOA NEGRA E SEUS REFLEXOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS, desenvolvido durante o período de Junho de 2023 a novembro de 2023 sob a orientação de Marcelo da Silveira Campos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Deise Santos Linhares

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

A PESSOA PARDA NO BRASIL, O APAGAMENTO DA PESSOA NEGRA E SEUS REFLEXOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS

Deise Santos Linhares¹

RESUMO

O estudo redigido a seguir tem como o seu objetivo principal tratar de maneira expositiva a questão da utilização do termo pardo, em referência a pessoas de pele não retinta, e as consequências do uso desse termo para classificar tal parcela da população. Apresentando a problemática da construção da população mestiça como um projeto político, os danos causados no psicológico nessa parcela da população, o racismo que se encontra velado por trás do pensamento da democracia racial, a construção da identidade parda e a importância do resgate do pensamento da unidade negra para a resistência e conquista de direitos pela população negra geral do Brasil. Busco basear o conceito de pessoa negra a ser tratado nesse artigo como um conceito construído socialmente e não apenas em fenótipos, desvinculando de ideais de genética racial. E, ainda nesse estudo, valido a importância do resgate da cultura Afro-Brasileira na compreensão do que é ser uma pessoa negra no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: pardo, negro, democracia racial, racismo, afro-brasileiro, cultura negra.

1. INTRODUÇÃO

A população afrodescendente denominada racialmente como parda é um evento encontrado dentro da população brasileira, sendo a maior parcela de indivíduos que a compõe, que tem origem em um momento da história do Brasil onde houve, de maneira consentida ou não, descendentes de pessoas pretas escravizadas, trazidas de grande parte do continente africano para que trabalhassem na construção do que era dito como “novo mundo” e para serviço das pessoas brancas, colonizadores ou pessoas que foram induzidas a vir de diversos países da Europa para o Brasil, com o intuito de formar uma nova cara para o Brasil após a abolição da escravidão tornar-se um anseio mundial no sistema econômico que se iniciava, ser pardo no Brasil não teve seu início em algo natural, pelo contrário, tem até os dias atuais um significado político bem fixado.

Nos dias atuais, a população afro-brasileira, tem encontrado um pouco mais de espaço de fala, ainda ínfimo se considerarmos o contingente populacional, entretanto, com essa pequena abertura está sendo possível alcançar o resgate cultural da pessoa negra, o sentimento de resistência e a importância dessa população para a construção do Brasil. Removendo aos poucos o pensamento de que ser preto, ser negro, estaria ligado a mazelas, a inferioridade, a fraqueza e pobreza. Colocando no lugar desse ideal da pessoa ter maior importância dentro da sociedade conforme o tom de pele clareia, o pensamento de que a pessoa negra, afrodescendente, não são desentendidos de escravizados e sim descendentes de uma população rica, que possuía nações, líderes, com cultura ampla e significativa.

Para melhor exemplificar as questões abordadas ao longo desse estudo, serão utilizadas obras sólidas de autores renomados no debate do caso da diáspora afro-brasileira, artigos científicos acerca do tema racial, unindo os diálogos dos autores a este estudo para conseguir de maneira clara, expor o tema raça enquanto um conjunto de classificações sociais como cultura, idioma, etnia, religião, classe econômica, sentimento de nacionalidade, entre outras.

2. RAÇA: CONSTRUÇÃO SOCIAL

O conceito de raça no Brasil, diferentemente de países com fenótipos marcados para a divisão racial da população, não é uma breve questão de aparência. Não está simplesmente fundamentado em cor de pele, ou textura dos cabelos. Para além dessas categorias simplistas, observado a diversidade dos fenótipos dentro da nossa população, seria impossível classificar raça como algo tão objetivo. Porém encontrar-se dentro dessa classificação social é importante para que haja uma identificação de pertencimento a comunidade, o que é uma

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: slinhares.deise@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof Dr Marcelo da Silveira Campos.

característica fundamental para a existência humana. Raça no Brasil é um conceito que estaria ligado a cultura e as vivências (GUIMARÃES, 2003, p. 96):

(...)as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. Podemos dizer que as "raças" são efeitos de discursos;

Devemos começar a construir nosso pensamento nesse estudo compreendendo a origem da população dita hoje como brasileira. No momento da colonização do nosso território nacional, não havia nesta terra pessoas de tom de pele branca, caucasianos e nem tampouco pessoas pretas. Dentro desse território havia os nativos indígenas, os quais cito como base para o pensamento, não sendo eles tema central do estudo, mas esse fato é importante para a compreensão da construção do pensamento de população brasileira, o qual grande parte dos estudiosos, que baseiam seu pensamento no conceito de democracia racial, defende. Dito isto, com a colonização pelos Europeus, que fundaram no território brasileiro suas colônias trazendo consigo o trabalho escravo para a construção do que diziam ser o novo mundo, trouxeram de maneira compulsória um grande número de pessoas pretas do continente africano.

A população de pessoas pretas crescia conforme a demanda da construção da nova colônia e os interesses comerciais dos colonizadores, no período que antecedeu a independência, a população preta então era composta pelo que consta nos dados da historiografia, em até 90% do total do contingente encontrado (MOTTA, 2022). Consideremos também que grande parte da documentação sobre o período escravocrata no Brasil foi destruído logo após a instauração da república, ou seja, tais dados poderiam ser ainda mais discrepantes com o número de pessoas brancas que aqui estavam. Em 1819, por exemplo, segundo dados, a população negra no Brasil, libertas ou escravizadas, eram compostas por 3.596.132 de indivíduos.

A América do Sul, conseqüentemente o Brasil, desde o início de sua colonização carrega consigo um imaginário de um local povoado por bárbaros, por pessoas sem civilização, tanto os que aqui habitavam, quanto a população negra que era trazida de seus lares. A pessoa negra escravizada era vista como um ser sem humanidade, sem consciência, sem cultura ou inteligência. Eram tratados basicamente como mercadoria, que somado com a forma como os colonizadores olhavam para o Brasil, apenas reafirmou na pessoa negra o lugar de povo decaído, de uma população longe de ser civilizada, longe da perfeição, reforçando o pensamento de inferioridade das pessoas de tom de pele escura.

Anos após a colonização do Brasil, quando já se havia solidificado a propagação de indivíduos nascidos nessa terra, por volta do século XIX, teóricos disseminavam uma linha de raciocínio baseada no que foi denominado darwinismo racial. Tratava-se da compreensão de que os fenótipos, ou seja, características físicas dos indivíduos, seriam o ponto inicial para o entendimento de quem eram aquelas pessoas. Era uma maneira considerada por tais teóricos, eficaz de predizer seus costumes, sua moral, sua índole, entre outros determinantes de suas características sociais, a cosmovisão (OYĒWÚMÍ, 2021) seria o ponto necessário para compreender o ser humano. Essa cosmovisão tornou-se então, a fundamentação para o pensamento racializado, que considerava as raças humanas como fixamente diversas, com essências únicas de cada raça, o que faria impossível a interrelação entre eles.

Baseado no pensamento do darwinismo racial, consideravam aceitável a ideia de que certos indivíduos, a depender de seu tom de pele, de sua raça dentro dos fenótipos considerados melhores ou piores, poderia ser ou não responsabilizados por seus atos. Pois eram esperados comportamentos menos civilizados de pessoas as quais possuíam fenótipos inferiores. No Brasil, entretanto, as pessoas não possuíam fenótipos tão determinantes, como observado em outros países. A população que aqui habitava era formada por um povo mestiço. Não apenas no seu tom de pele, como na sua linguagem, nos seus comportamentos, na cultura e até mesmo na religiosidade.

A elite brasileira, os governantes e letrados, após a Proclamação da República, viram a necessidade de exaltar o Brasil de alguma forma, para que pudessem passar a imagem de um país promissor, comprometido com o progresso. Porém, o Brasil não era uma nação antiga o suficiente para que tivesse uma tradição marcante para dividir com o mundo, nem tampouco era uma das nações mais ricas e influentes dentro do cenário ao qual estava, então basearam o diferencial do Brasil por ser uma nação com uma diversidade populacional, que viria a fundamentar o pensamento da democracia racial, a validação do "povo brasileiro".

Longe de ser real, tal democracia, até os dias atuais, não alcançou toda a população. Ainda que o povo negro, pretos e mulatos, tenham conquistado a sua liberdade da escravidão, essa liberdade não veio somada com a igualdade necessária para que se formasse um povo único. O pensamento de inferioridade dos negros ainda estava impregnado na sociedade. Crimes, roubos, vagabundagem, preguiça, eram então associadas as pessoas

de pele escura, quando não mais estavam aptos a servidão. Consideravam essas pessoas pertencentes a uma classe inferior que estava atrelada a comportamentos que feriam a moral. A população negra poderia até ser liberta, ainda que contra a vontade de muitos, mas jamais iguais aos brancos. O passado de inferioridade não poderia ser apagado.

Então, iniciou-se um projeto político que tinha como compromisso apagar essa característica negra da população brasileira, pois só assim, de acordo com os pensadores da época, o Brasil seria capaz de se destacar e progredir enquanto nação. Foi então instaurado um sistema publicitário para trazer o maior número possível de pessoas brancas europeias, para que compusessem a população brasileira, com o argumento de que o Brasil era uma terra propícia ao sucesso, uma terra fértil, que apenas precisava de pessoas qualificadas, o que a população ex-escrava nunca poderia ser. Consequentemente, a população se tornaria cada vez mais mestiça e houve então o pensamento de que em questão de um século, o que para a elite da época ainda era tempo demais (SCHWARCZ, 2012), o Brasil passaria de um povo mestiço para um povo branco, por efeito do cruzamento das raças. Acreditava-se que conforme a população mestiça fosse embranquecendo, consequentemente a população preta desapareceria.

Em torno de 1930, a população mestiça, parda, tornou-se então a cara do Brasil. Que colocava o sincretismo brasileiro, a mistura das raças, da cultura, da música, comida e religiosidade como a base de ser brasileiro. Porém, essa aceitação era apenas verbal. Apesar de até hoje, a fama do Brasil ser fundamentada na cultura mestiça, a população preta e parda não recebeu a valorização de igual maneira. Essa população seguiu sendo criminalizada, marginalizada e subjugada.

A pessoa parda, inventada para ser a cara da harmonia da população brasileira, assim como a população preta, foi colocada em um lugar de inferioridade. Ainda que em alguns fenótipos se aproximassem a pessoa branca, jamais poderia ser como eles. Entender-se enquanto negro, afro-brasileiro não está ligada ao território ao qual a pessoa é nativa, a africanidade rompe as barreiras territoriais, a África hoje vive em todos os continentes (GILROY, 2012). No Brasil as classes sociais são baseadas em classificação de cor, se resumem em negros, ou seja, pardos e pretos, e os brancos. Raça é uma experiência diária na vida da pessoa, como afirma Gilroy (2012):

As formas de ligação e identificação que isto possibilita no espaço e no tempo não podem ser confinadas dentro das fronteiras do estado nação e correspondem estreitamente à experiência vivida.

No Brasil, raça é um conceito que vai para além de um pensamento baseado apenas no tom da pele, também é possível observar uma importância dessa categoria para validação da situação social da pessoa. Pessoas que ascendem socialmente são tomadas como distantes de ser negras, quanto mais o indivíduo é instruído e alcança maiores níveis de remuneração, mais pardo, mais branco, ele se torna. A intelectual Lélia Gonzales, declarou por exemplo, ter sido referida como pessoa branca em um momento de sua carreira, que logo após questionar, ter tido como justificativa a sua condição acadêmica. Em contraponto a isso, a sociedade coloca o seu inverso, o ser pobre, o ser periférico como ser negro. Sendo esse o ponto inicial para a consolidação de um racismo brasileiro, um racismo velado que não é exclusivo a pessoa preta de pele retinta, mas a todas as pessoas que possuem pigmentação negra em sua pele. O pardo, o moreno, o mulato, o mestiço, que pela sociedade são vistas juntas em um mesmo grupo, mas que em sua individualidade querem ser diferentes, não apenas diferentes entre si, mas sobretudo, diferentes de preto.

3. O APAGAMENTO

Como exposto de maneira um tanto quanto simplória no tópico anterior, tendo em vista que essa discussão é muito complexa, me atentarei aqui em trabalhar baseando-me em um conceito geral, o conceito de que raça no Brasil é uma construção social, que não apenas tenta apagar a cultura negra com interesse em construir uma imagem de Brasil semelhante aos países que são considerados potências, mas também cria uma divisão indescritível na população.

Com a ideia de que negro é um indivíduo subjugado pela sociedade, a sociedade em si não quer ser negra, em sua maioria. No censo do IBGE em 1976, houve 136 registros de classificação de cor coletados pelos entrevistadores (SCHWARCZ, 2013). O que consolida o pensamento de que as pessoas querem ser consideradas tudo menos negras. Para além do racismo que já comentamos nesse trabalho, racismo de maneira geral, temos

que pensar nas consequências dessa hiper divisão social nascida dentro da parcela negra da população. Uma sociedade que se encontra demasiadamente dividida, esbarra em entraves sólidos para a luta de seus direitos sociais. Para que a voz de uma comunidade específica seja ouvida dentro de uma democracia, por exemplo, é necessário que ocupe a sua maioria. Não apenas a maioria populacional, como vimos, mas também que o grupo ativo seja uma maioria ativa. Porém, com a divisão de categorias de forma como vemos para a pessoa negra de pele não retinta, não é possível que um grupo se solidifique a maneira que consiga a representação equivalente ao seu contingente populacional.

Com a subdivisão das classes baseadas na categoria cor, também encontramos perdido o indivíduo que não é nem branco e nem preto, o pardo. A comunidade composta de pessoas pardas na sociedade se vê na maior parte de sua vida, senão por toda ela, como não pertencente a nenhum grupo racial. Sem identificação própria, sem que consiga fundamentar a sua personalidade dentro de uma origem fixa, pois é fruto de uma mistura racial que possui fortes características culturais. Esse limbo no qual a pessoa parda se encontra, derivado da falida ideia de democracia racial e da cara de um povo brasileiro, ao contrário do que foi proposto, se encontra cada vez mais a parte de ser um povo único.

Por muitas das vezes, encontramos pessoas não retintas sofrendo preconceito pela parte de pessoas brancas, quando as mesmas ao olharem para uma pele não branca, já colocam esse indivíduo em um lugar de inferioridade, baseada no conceito da cosmovisão, cria-se um enredo de pobreza, ignorância, miséria e servidão para aquela pessoa. Pessoa essa que em outras vezes, quando frequentam lugares ocupados majoritariamente por pessoas pretas, também não encontram acolhimento, segurança, pertencimento. Ainda que passe dilemas semelhantes as pessoas pretas dentro de uma sociedade onde a cor branca é a que mais importa, não são considerados pretos o suficiente para compor aquele grupo da sociedade. Nem branco o suficiente, nem preto o suficiente, nunca o suficiente.

Como consequência disso, encontramos uma imensa parte da sociedade dispersa num limbo racial, que por vezes passa por situações de preconceito sem ao menos conseguir compreender o que está passando naquele momento, ou seja, sem que entendam que há ali uma necessidade de reação, de busca pela sua dignidade e seu direito. Pessoas que por muitas vezes procuram se identificar cada vez mais com as pessoas não negras, aproximando a sua fisiologia através de meios estéticos a das pessoas brancas, em busca de um falso pertencimento, pois é mais fácil se espelhar em algo bem-visto pela sociedade, porque “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas se tornar negra é uma conquista” (GONZALES, 2020, p. 269).

Ser negro vai para além de cor, está intimamente relacionado com a experiência do indivíduo dentro do sistema político vigente, baseado na valorização da pele branca, e está ligada a relação dos indivíduos dentro de seu grupo. Conforme a cultura negra cresce e alcança mais pessoas, essas pessoas conseguem se encontrar dentro de seu grupo para a busca de seus direitos.

3.1 O APAGAMENTO DA CULTURA

No Brasil, observamos também a mestiçagem dentro do âmbito cultural, na arte como um todo. Na música, nas danças, nas artes plásticas. Por onde a arte anda, conseguimos identificar algum item com traço étnico da cultura africana. Mas essa expressão artística não é totalmente aceita quando expressa o sentimento mais puro de ser negro, pois a música pode ser utilizada como uma forma de resgate, de reafirmação cultural do indivíduo, abrindo espaço para que o mesmo consiga a coragem necessária para exigir um diálogo aberto e a garantia de seu lugar de fala, seu lugar social.

No samba, por exemplo, há uma movimentação explícita para o branqueamento. No início de sua manifestação no Brasil, era criminalizado, marginalizado, colocado como um ritmo de vagabundos, de malandros, pois era coisa de preto. Porém, ao observar as dimensões que o ritmo musical alcançava, lembramos que a maior parte da população era negra, preta e parda, a elite viu a necessidade de tirar as características originais na letra, colocá-las de forma que fossem um marketing para o que se esperava de Brasil, um Brasil que não era mais negro. Colocou-se o ideal do samba dos mulatos, dos morenos. Samba que valorizava o bom moço, o trabalhador, o que defendia a sua pátria. O samba que passa a exaltar a morena, suas curvas, mas que ainda assim, colocava um tom de sexualidade exacerbada, pois para a mulher, nem mesmo ser morena bastava para alcançar lugares mais racionais na sociedade, mesmo a morena ainda é vista como uma pessoa vulgar.

Com esse embranquecimento, deu-se a pessoa negra, a sensação de um falso pertencer, um lugar onde eles pudessem acreditar que estariam livres para expressar-se através dos ritmos, das danças, do carnaval, mas essa era apenas mais uma estratégia de controle dos ideais políticos da população negra de ter o seu lugar de fala, de expressão, de familiaridade. As raízes da música, da arte como um todo, que chegava da África, era um meio de possibilitar a união dos povos que se encontravam a margem da sociedade na busca de sua verdadeira essência, livre e real, a qual tinham vividos os seus antepassados.

A música é política, ela carrega consigo grande conteúdo que explicita comportamentos sociais, e o que se esperava dessa sociedade construída em cima dos mestiços. Essa era mais uma movimentação para divulgar mais uma vez o desejo de ser pardo. Porém é necessário que se entenda a música enquanto política não só quando ela é utilizada para nos apagar e colocar dentro de um molde, mas também devemos colocar a música em um lugar de representatividade, aquele lugar original a qual ela pertencia. Entender a música enquanto política está diretamente ligado ao conceito de “política da transfiguração” (GILROY, 2012, p.96), trazendo com ela a representação dos desejos do povo negro, um lugar aberto para a fala de pessoas que em sua grande maioria não tem acesso a voz dentro de lugares políticos convencionais, com alcance amplo a todos que a possam ouvir.

A identidade cultural não é presa ao passado, é uma característica que está atrelada a sua temporalidade, recebendo influências por onde passa e o olhar cultural singular dos indivíduos a sua volta. Assim como a compreensão do rito, na religiosidade, questão que abordarei no próximo tópico, a cultura deve ser repetida para que se mantenha viva, e como característica viva, está em constante mudança pela sociedade, é uma construção da narrativa da existência de uma comunidade. Entretanto, não é necessário para a validação da comunidade dentro do campo da cultura, quando observamos o movimento de construção do grupo social brasileiro, é impossível trabalhar com a binaridade, branco e preto, induzindo que seja feita uma opção por uma característica em detrimento de outra, devemos somar as características que deram origem ao modelo mestiço de cultura negra que existe no Brasil, para que seja possível uma compreensão mais assertiva dessa manifestação cultural, que muda com o tempo como diz a citação de Du Bois, no livro de Gilroy (2012):

“A raça parece ser uma concepção dinâmica e não uma concepção estática, e as raças típicas estão em contínua mudança e desenvolvimento, mistura e diferenciação... estamos estudando a história da parte mais escura da família humana, que não é apartada do resto da humanidade por nenhuma linha física absoluta e nenhum traço mental definido, mas que, não obstante, forma, como massa, uma série de grupos sociais mais ou menos distintos nas histórias, na aparência e em dotes e realizações culturais.”

O movimento cultural depende da construção do outro, da percepção dos indivíduos que compõem a sociedade, é necessário que se entenda quem somos nós e quem são os outros nessa formação. Porém a cultura não pode ser considerada algo passivo, algo que seja subalterno a uma outra ideia, a cultura é uma movimentação ativa que muda conforme a necessidade. A população negra brasileira deve reconhecer a importância de olhar para os passos originais da cultura negra, reivindicando parte da pluralidade da construção do significado de ser brasileiro, com todas as trocas culturais desde o período colonial, o hibridismo que faz da população parda pertencente ao grupo negro da sociedade, reforçando que a cultura africana vive dentro dessa parcela da população. Cultura não deve ser vista somente como forma de expressão, a cultura afro-brasileira não deve ser vista apenas como folclórica, como algo relacionado ao misticismo, ou a sexualidade e a magia, mas como movimento político (GONZALES, 2002):

(...) cultura é política com P maiúsculo, na medida em que, da maneira mais didática e mais prazerosa, fazem com que a nossa etnia tome consciência do seu papel de sujeito da sua própria história e de sua importância na construção não só deste país como na de muitos outros das Américas.

No entanto, não se pode romantizar a miscigenação cultural brasileira, esse evento deve ser observado com cautela, pois há o interesse de que o embranquecimento dos costumes evolua para o apagamento da cultura negra. É interessante para o sistema neoliberal o pensamento de que as pessoas que compõem a sociedade são iguais, de que não existe o multiculturalismo, para o sistema capitalista é importante que o pensamento de que

todos somos iguais, ou seja, é interessante que o pensamento do povo brasileiro pardo seja sustentado. Imprimindo pessoas em sociedades vagas, eliminando o pensamento de que os indivíduos dentro do colonialismo foram forçados a construir uma nova cultura. Deve-se problematizar os excessos para que a cultura negra não seja apenas vítima dessa diáspora, e sim sujeito da mesma. Ao invés da população parda ocupar um *não lugar* dentro da sociedade, deve-se preencher múltiplos lugares. Fragmentar a população negra leva a fragilidade, quando parte da população busca um essencialismo puro que no Brasil não é possível de ser encontrado, reforçando a necessidade de uma pureza que só faz excluir mais uma vez os diferentes.

3.2 O APAGAMENTO DA RELIGIOSIDADE

A linguagem, os costumes e a religiosidade são uma das maiores armas em defesa da identificação enquanto pessoa negra, uma vez que a cultura negra em sua grande maioria é passada pela oralidade. A linguagem em si, carrega um sentimento de unidade, de nação, assim como os costumes, a forma de vestir, de se portar diante da sociedade e as festas as quais a comunidade celebra. Não distante desses conceitos, pode-se trabalhar o conceito da religiosidade e a sua importância para os escravizados recém-chegados nesta terra. A religiosidade era uma forma de manter a historiografia do povo negro no Brasil, dentro da memória da população que era trazida escravizada para essa terra.

A população negra vinda da África, encontrou na sua religiosidade uma maneira de se conectar e resistir nesse mundo a qual eles não conheciam. Vindo de partes distantes da África, nem mesmo os seus iguais escravizados tinham os mesmos costumes, o que nos faz lembrar que nem mesmo a pessoa preta retinta, nem mesmo os escravizados em si, podiam se considerar de uma raça pura, os mesmos já tinham encontrado a mestiçagem em seu caminho.

Com isso, a mistura das religiosidades desses indivíduos, originou várias vertentes de suas práticas trazida com eles da África como o candomblé, por exemplo. Que nos dias atuais é considerada de uma maneira geral como a religião que mais se aproximava dos costumes de seus antepassados. Com isso, o candomblé, a religiosidade afro, ganhou essa conotação de algo relacionado a pessoa preta, que sempre foi retratada como algo inferior, e por muitas vezes ganhava sentido de algo que reverenciava a perversidade.

Houve então, vários movimentos para que a religiosidade afro fosse criminalizada, e assim foi feito por muitos anos. Casas de Candomblé eram fechadas pela polícia, e deviam ser registradas na delegacia, os responsáveis pela casa por muitas das vezes eram autuados como charlatões e estelionatários. Para que se mantivesse a prática religiosa, a mesma viu-se por vezes refém do movimento da branquitude, voluntariamente ou de maneira compulsória. A mestiçagem, uma vez observada nos tons de pele, foi consolidada na religiosidade, reforçando a ideia de que o movimento para o embranquecimento da nossa população era feito de dentro da essência do povo negro, no seu psicológico, para além do material.

Movimentos espíritas, somados com o candomblé do Brasil, dão origem ao primeiro centro de umbanda, que teria como fundamento um espiritismo kardecista e que negaria a presença das entidades, “guias”, negros e caboclos vistas no candomblé, essas entidades eram consideradas inferiores, mais uma vez tornando não apenas o imaginário do negro como algo de mal tom, assim como o caboclo, o mestiço. Uso desse conceito para reforçar que para a população branca, negros e mestiços, pardos, estariam dentro do mesmo patamar de importância na sociedade. O movimento inicial de umbanda, assim como o movimento inicial da mestiçagem no Brasil, tinha como intuito “limpar” e “diluir” as características negras que havia no Brasil, reforçando uma imagem de um Brasil cada vez mais semelhante a cultura europeia, integrando objetos do catolicismo e do espiritismo, a religião de negros que aqui havia, para que essa semelhança com o tempo se tornasse também uma característica absoluta.

4. A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DA IDENTIDADE NEGRA

Entender que a população negra tem, antes de todas as mazelas que passam no sistema político e social do Brasil, uma história é o início de uma tentativa de resolução do problema racial que temos aqui nesta terra. A pessoa negra desde a sua chegada ao Brasil, tem sido afastada de seus próprios conceitos ideológicos, sua religiosidade. Devemos sempre partir do princípio de que a população descendente dos escravizados africanos, mestiços ou não, são pessoas que possuem uma história, e não um produto desse projeto político chamado Brasil.

Devemos sempre validar a história da ancestralidade, como também exemplificado em um trecho do livro de Gilroy, (2001):

Dessa forma, se nos concentramos em estudar os africanos nas cidades do interior do Nordeste dos Estados Unidos, o que é razoável, isto deve ser feito com a vaga lembrança de que se está estudando o povo africano, não “crioulos produzidos na América” sem profundidade histórica.

É de grande importância que a pessoa negra consiga pensar de maneira “não reducionista, as relações entre o ‘social’ e o ‘simbólico” (HALL, 2003). Para além dos simbolismos, a cultura e religiosidade negra é uma peça-chave para esse reencontro com a história original da pessoa negra. Visto que a história dos negros é passada através da fala as suas gerações (OYĒWUMÍ, 2021), a cultura negra é o que mantém a história negra viva.

Reconectar-se a cultura negra, buscar compreender a sua história real, fora desse pensamento ocidental que por anos reproduziu uma história negra limitada a questão do escravismo, é o primeiro movimento para a elevação do ideal do negro na nossa sociedade. Desvinculando o pensamento de fraqueza, de humilhação que foi brutalmente colocado no psicológico da pessoa de cor desde o seu nascimento.

A cultura negra é uma cultura que remove o negro da marginalidade, é uma cultura que busca o conceito da valorização de si mesmo, que sobretudo revela a importância da pessoa negra, que assim como o seus ancestrais, deve buscar ocupar seu próprio lugar de importância na sociedade em que vive. Esse pensamento é essencial para que a população negra compreenda que as mazelas as quais lhes são dadas, não são por elas merecidas, e que na realidade devem se unir contra a sociedade branca que os oprimem em busca de seus direitos. Apenas quando um grupo se encontra em prol de um mesmo objetivo, esse grupo alcançará força e voz ativa suficiente para que sejam ouvidas.

Não somente para a possibilidade de o indivíduo apenas existir dentro da sociedade enquanto pessoa negra, com seus costumes e sua moral, o resgate da identidade negra, a chance de viver dentro de um grupo que se assemelhe a si e aos seus dilemas cotidianos, promove conquistas nos mais vastos campos, Silvio Almeida (2019) relata alguns pontos que validam essa importância:

Ao permitir que membros de grupos sociais historicamente discriminados participem de espaços em que decisões importantes são tomadas ou que pertençam a instituições que gozam de prestígio, espera-se como efeito político:

- a) o fortalecimento dos laços sociais, impedindo o isolamento de grupos e retirando a força de práticas discriminatórias;
- b) o exercício da pluralidade de visões de mundo e a dedução de interesses aparentemente específicos do grupo, que agora, com voz ativa, poderá participar da produção de um “consenso”, dando legitimidade democrática às normas de organização social;
- c) a redistribuição econômica, uma vez que a maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho é característica marcante em membros de grupos historicamente discriminados.

Entender-se enquanto pessoa negra promove uma solidez no sentido de existir, de pertencer. Tira a pessoa parda do limbo racial que foi inventado para que essa pessoa ocupasse, devolve a história de seus antepassados. Ser considerado pardo coloca a pessoa em uma situação inventiva de sua própria vida, como se não houvesse um antes que deveria ser honrado e lembrado, a história nos molda e nos faz compreender a construção sociocultural de nós mesmo e da sociedade em que vivemos. Uma pessoa sem história não sabe de onde veio, e conseqüentemente, não sabe para onde deve ir.

Ao analisarmos os fatos, vemos que a pessoa preta e a pessoa parda, em vários momentos de sua vida experimenta em sua própria pele dilemas parecidos, momentos de exclusão social, de limitação de acesso a políticas públicas e até mesmo no ramo afetivo, onde ambas passam por momentos afetivos tardios. Essas semelhanças de vivência, colocam essas pessoas em um mesmo grupo para a classe branca dominante, deixando-os na classe de pessoas inferiores. Ou seja, a movimentação para o reconhecimento da pessoa parda como negra, já existe do lado oposto a essa luta diária, apenas falta a pessoa negra reconhecer a sua negritude e todo valor que ela tem, para que essa classe não seja mais inferiorizada, mas que preencha o lugar a qual pertence, lugar que lhe é tomado todos os dias.

Por mais instruído, por mais próspera ou honesta que a pessoa negra venha a ser, ela sempre é colocada como inferior, a cosmovisão impede que as pessoas da sociedade brasileira usem a experiência da percepção e escuta ativa para compreender que esse preconceito, muita das vezes velado pelo mito da democracia racial (Florestan Fernandes, 1965), não valida a essência da pessoa negra, passando apenas por uma visão ignorante do alcance e representação que aquela pessoa, ou aquele profissional tem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa parda no Brasil ainda se encontra sem uma comunidade fixada, tentando ser aceita por uma sociedade que carrega consigo o pensamento de ser *qualquer coisa* contanto que não seja preto. No entanto essa falta causa a ausência de momentos e características de sua historiografia, o sentimento de pertencer vai para além da sensibilidade emocional em si, podendo ser observados sintomas psicossomáticos, como os sintomas clínicos que Delany sentia ao chegar na África (GILROY, 2001), experiências que também podem ser sentidas em momentos religiosos, momentos esses que podem ser o estopim para a reconexão ou o distanciamento de sua negritude, com a sua identificação, relações de parentesco e afetividade.

Quando exercitamos o pensamento acerca de quem nós somos, começamos a explorar o significado das experiências de vida que nós passamos e o impacto que essas experiências tiveram no nosso psicológico e nas oportunidades que nos foram dadas, assim como os nossos ancestrais, os quais foram impossibilitados de alcançar posições dignas dentro da sociedade. O resultado do movimento da diáspora, da mestiçagem, também é pensar no significado de existir dentro da sociedade sem que estejamos necessariamente reféns dela.

É necessário considerar as diferentes formas de apresentação do que significa ser negro no Brasil, assim como encontrar nessa população as suas similaridades diante das experiências vivenciadas durante sua jornada dentro da sociedade. Quando ampliamos o pensamento para a não-binaridade de raças, é quando se faz possível uma compreensão de pertencimento à essa nação chamada Brasil, quando entende-se que o povo negro também é cidadão e que dentro das suas diversidades devem ser atendidos pelo Estado de maneira equivalente aos demais cidadãos brancos, que lutam por apagar a pessoa negra da sociedade, essa compreensão é o que valida os dilemas da pessoa negra e garante o seu lugar na sociedade, seus direitos enquanto cidadãos, e a legitimação de suas conquistas que por vezes ficam apagadas por trás de um conceito de inferioridade racial.

Assim como Hall (2003) afirma “a manutenção de identidades racializadas, étnico-culturais e religiosas, é obviamente relevante à autocompreensão dessas comunidades”, apenas quando entendermos que a união do povo negro, o resgate de sua cultura não apenas num movimento físico, mas também psicológico é a maneira efetiva de retirar o estigma de ser negro, ser preto, de ser inferior, de ser limitado apenas a um corpo de serviço, de escravidão, a população negra será vista como uma população que anseia pelo seu progresso. Não apenas um progresso material como defendem os neoliberais, que retiram da pessoa negra a sua história para que seja apenas mais um na massa, mas respeitando a sua diversidade e sensibilidade, um progresso que eleve a sua representatividade e cultura dentro da construção da sociedade.

Deve-se propagar uma forma mais adequada de ensino sobre a história da pessoa negra no Brasil, como reivindicado por muitos anos, para que seja possível que, desde a primeira infância, as crianças entendam que ser negro não é ser escravizado, ou descendente de escravizado, para que assim, não haja no imaginário desse novo ser social em construção, todo esse dilema de ser ou não ser negro. De não querer pertencer a essa parcela tão forte da nossa sociedade, que resistiu a diversos abusos e projetos de apagamento e que hoje se propõe a fazer um movimento de compreensão da diáspora existente com o mundo ocidental, porém sem apagar a sua negritude.

A popularização da pessoa parda, do mulato, apenas beneficia a elite que deseja usufruir dessa imagem de povo brasileiro para enriquecer-se ainda mais, “e por isso mesmo reprimidos hoje fazem parte de um ‘patrimônio cultural nacional’ do qual, é claro, os beneficiários não são os ‘neguinhos’, mas as secretarias e as empresas de turismo” (GONZALES, 2020). Aceitar-se enquanto pardo é apagar todo o peso e toda a glória que a população trazida da África e os afro-brasileiros que se multiplicaram pelo território brasileiro vivenciou, é apagar a sua própria identidade, aceitando o lugar vago de um ser construído para expressar a imagem que a classe dominante deseja. Ser negro no Brasil, não se resume a cor de pele preta, abrange todas as tonalidades de peles retintas, peles que sentem o peso da discriminação, em maior ou menor instância, vai para além de apenas uma questão de relações sociais, é uma questão de classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Volume 1**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

GILROY, Paul. **O atlântico negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo, afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar “raça” em sociologia**. São Paulo, jun. 2003. Educação e pesquisa. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVvFJ8jfT8wxWxC/>

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOTTA, J. F. A escravidão brasileira à época da Independência. **Revista USP**, São Paulo, n.132, p. 37-58 Fev/Mar. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2022/03/2-Flavio-Mota.pdf>

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos orientais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PRANDI, R. **Modernidade com feitiçaria: Candomblé e umbanda no Brasil no século XX**. São Paulo, Jun. 1990. Tempo Social. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/xDMV696nGWKw6QYJK7k6Q5S/#>

SCHWARCZ, Lília. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012